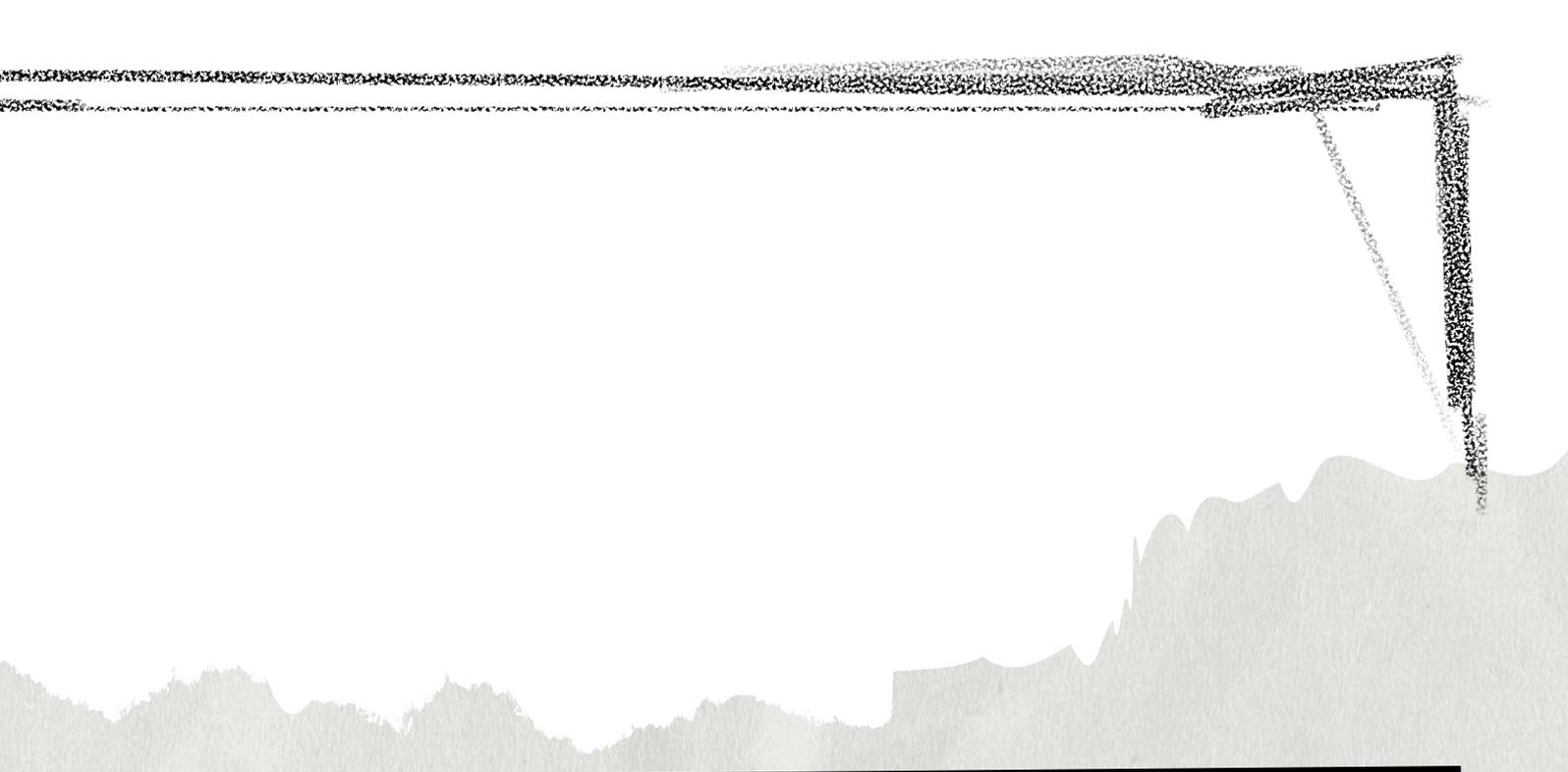


AMPLIAÇÃO DE TEXTO DE 2019

Geografia das ausências:

**as negações das ontologias
territoriais e as disputas pela
reterritorialização do estar-sendo^{1,2}**



Pablo Mansilla-Quiñones

Pontificia Universidade Católica de Valparaíso, Chile

José Quintero-Weir

Universidade do Zulia, Venezuela

Andrés Moreira-Muñoz

Pontificia Universidade Católica de Valparaíso, Chile

TRADUÇÃO:

Jéssica Caroline Pessoa dos Santos

Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil

Leo Name

¡DALE!, Universidade Federal da Bahia, Brasil



Geografia das ausências: as negações das ontologias territoriais e as disputas pela reterritorialização do estar-sendo

Resumo

A dimensão espacial da colonialidade é investigada a partir de uma proposta conceitual que distingue os conceitos de “geografia das ausências” e “colonialidade do estar”. Posteriormente, investigam-se os aspectos constitutivos da “geografia das ausências” que se apresentam através de sete monoculturas espaciais que facilitam a negação de territórios e ontologias territoriais. Diante dessas questões, a produção do conhecimento geográfico na América Latina é submetida a um julgamento crítico e exige-se a necessidade de provocar giros territoriais nas ciências sociais e no campo dos estudos decoloniais, reconhecendo a emergência do território como um substantivo utilizado pelos movimentos sociais na luta pela descolonização. As reflexões deste artigo estão sustentadas nas experiências de pesquisa-ação participativa que os autores realizaram acompanhando as lutas territoriais dos povos originários na América Latina. As reflexões finais permitem abrir novas questões sobre como construir propostas para criar uma geografia das presenças que contestem a razão moderna-capitalista-colonial-patriarcal das ciências.

Palavras-chave: Geografia das ausências, Colonialidade do estar, Geografias do não ser, Sociologia das ausências, Ontologias territoriais, Território, Epistemologias do Sul.

Geografía de las ausencias: las negaciones de las ontologías territoriales y las disputas por la reterritorialización del estar-siendo

Resumen

Se indaga en la dimensión espacial de la colonialidad a partir de una propuesta conceptual que distingue los conceptos de “*geografía de las ausencias*” y “*colonialidad del estar*”. Posteriormente se indaga en los aspectos constitutivos de la “*geografía de las ausencias*” que se presentan a través de siete monoculturas espaciales que facilitan la negación de territorios y ontologías territoriales. A la luz de estos temas se somete a juicio crítico la producción de conocimiento geográfico en América Latina, y se demanda la necesidad de provocar giros territoriales en las ciencias sociales y en el campo de los estudios decoloniales, reconociendo la emergencia del territorio como sustantivo crítico utilizado por los movimientos sociales en las luchas por la descolonización. Las reflexiones de este artículo se sustentan sobre la base de las experiencias de investigación acción participativa que los autores han realizado acompañando luchas territoriales de pueblos originarios en América Latina. Las reflexiones finales permiten abrir nuevas interrogantes sobre cómo construir propuestas para crear una geografía de las presencias que contesten la razón moderno-capitalista-colonial-patriarcal de las ciencias.

Palabras clave: Geografía de las ausencias, Colonialidad del estar, Geografías del no ser, Sociología de las ausencias, Ontologías territoriales, Territorio, Epistemologías del Sur.

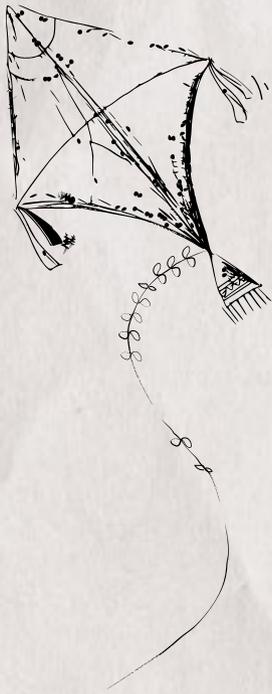
Geography of absences: the denials of territorial ontologies and disputes over the reterritorialization of being

Abstract

The spatial dimension of coloniality is investigated based on a conceptual proposal that distinguishes the concepts of "*geography of absences*" and "*coloniality of being*". Subsequently, the constitutive aspects of the "*geography of absences*" are presented through seven spatial monocultures that facilitate the denial of territories and territorial ontologies are investigated. Faced with these issues, the production of geographic knowledge in Latin America is subjected to a critical judgment and the need to provoke territorial displacements in the social sciences and in the field of decolonial studies is required, recognizing the emergence of territory as a dimension used by social movements in the struggle for decolonization. The reflections in this article are based on the experiences of participatory research-action that the authors carried out following the territorial struggles of indigenous peoples in Latin America. The final reflections open up new questions about how to build proposals to create a geography of presences that responds to the modern-capitalist-colonial-patriarchal reason of the sciences.

Keywords: Geography of absences, Coloniality of being, Geographies of non-being, Sociology of absences, Territorial ontologies, Territory, Epistemologies of the South.





Em sua etimologia, a ausência se refere a um distanciamento ou uma separação entre ser e estar, ou seja, a ausência pode ser descrita como o resultado do vazio deixado pela ruptura entre as dimensões territorial e existencial de um grupo humano. A dimensão espacial deste conceito tem destaque ao estar estreitamente vinculada a uma família de outros conceitos associados à ideia de desterritorialização (HAESBAERT, 2014), uma vez que a ausência é produzida sobre algo ou alguém que foi removido de um território, deixando com isso uma sensação de incompletude. A ausência também pode ser gerada por uma operação de ensimesmamento pela qual alguém pode estar presente fisicamente em um lugar, mas ontologicamente ausente. Nesse sentido, geralmente utilizamos o conceito de ausência para descrever a experiência espacial de nossa época, assinalando a maneira como alguém se encontra ausente mentalmente e/ou isolado do mundo que está ao redor. Nesta perspectiva, a ausência assinala a condição de estar ontologicamente desterritorializado, simplesmente localizado em um espaço banal com o qual não se estabelece nenhum tipo de relação e onde os sujeitos não têm controle, conhecimento ou pertencimento sobre o seu entorno.

Uma primeira hipótese que queremos sustentar sobre o conceito de ausência é a de que a modernidade-colonial-racista-patriarcal-antropocêntrica representa um pentágono de poderes combinados que operam como uma grande máquina geradora de ausências, que nega a existência de certos grupos humanos (e também de grupos mais que humanos), dos seus territórios e das suas territorialidades, de modo a subordiná-los (SANTOS, 2010). A produção moderno-colonial de ausências surge nesta parte do mundo em que nos situamos desde a invenção da América Latina, associada, por um lado, ao imaginário geográfico de um continente vazio, a ser

LAJE

v.3 n.1
p. 202-229
2024

ISSN: 2965-4904

DOI: 10.9771/lj.v3i0.60551

preenchido pela presença e pelo desenvolvimento colonizador (SUBIRATS, 1994; PORTO-GONÇALVES, 2009); e, por outro, à estrutura de poder racial iniciada com o colonialismo, que questionou a humanidade de povos indígenas e afrodescendentes, gerando assim um sistema de classificação social que os categorizou como não humanos e, portanto, objetos de domínio e colonização para a exploração capitalista (QUIJANO, 2000). Esta estrutura moderno-colonial e racista, sobre a qual é fundada a produção de ausências, persiste até o tempo presente, a partir das negações exercidas pelos Estados nacionais e por meio do colonialismo interno sobre os territórios e territorialidades dos povos originários (GONZÁLEZ CASANOVA, 2017; RIVERA CUSICANQUI, 2012). Um claro exemplo disso é a chamada "Conquista do Deserto", que corresponde à invasão militar impulsionada pela República Argentina sobre o território ancestral mapuche ao longo do qual se estendia o *pwelmapu*, o qual, apesar de povoado e diverso, foi retratado como um território vazio para onde deveria ser levado o progresso humano da sociedade *criolla*³ (MELÍN et al., 2019).

A partir de uma perspectiva crítica, a ausência é provocada por instituições ou atores que sustentam o poder colonial e que, mediante uma operação de violência simbólica, exercem o seu domínio sobre um grupo social ao declará-lo inexistente. Estas produções de ausência têm como objetivo justificar ações deliberadas por parte do colonialismo, que buscam novamente preencher de conteúdo aquele vazio (QUINTERO-WEIR, 2015). Assim, a ausência é constituída como uma produção política de desprezo ao outro que o reduz a um objeto inerte, e com a qual não existe espaço para o diálogo, nem o reconhecimento de algum tipo de direito. Nesta produção de ausências, o sujeito é declarado invisível, é ocultado, através de uma operação quase mágica que gera uma ilusão de transparência, pela qual, apesar dele estar presente, consegue-se negar a sua existência. Ao ser feita imperceptível a sua presença, o colonizado se torna transparente, um fantasma que ninguém consegue ver e reconhecer como real. Ao serem declarados ausentes, é obtida a ausência social para que as vidas dos colonizados possam ser desprezadas, desperdiçadas, precarizadas e reduzidas a um simples recurso a ser explorado pela máquina capitalista. A declaração de inexistência não somente recai sobre os sujeitos, mas também se aplica a certos territórios declarados ausentes, em particular aqueles que remetem à territorialidade ancestral reivindicada pelos povos oprimidos.

As operações sociológicas e epistêmicas que produzem a ausência foram abordadas nos trabalhos de Boaventura de Sousa Santos (2010), entre outros autores que indagam sobre a produção do não ser colonial, com vistas a descrever as

formas de colonialidade do saber que negam o conhecimento-outro e impõem a razão eurocêntrica. De forma específica, Santos (2010) refere-se à modernidade/colonialidade como uma razão metonímica que gera uma fratura abissal, uma separação intransponível entre quem se encontra acima e abaixo da linha do que é humano. Assim, o colonizador é discernido como a representação da humanidade e o colonizado é declarado como o não humano, o selvagem, o animal, um objeto que deve ser domado e a respeito do qual o colonizador tem o imperativo moral de motivar o seu progresso mediante o colonialismo. Estes aspectos se fundamentam sobre o que Frantz Fanon (1999) denominou como a *zona do não ser*, para explicar a posição social à qual os povos oprimidos são submetidos pelo colonialismo.

De forma complementar, e por meio de uma aproximação espacial como a que tentamos propor neste texto, acreditamos ser possível argumentar que a modernidade-colonialidade é recriada através da produção de uma “geografia *das ausências*”, ou seja, de uma série de estratégias espaciais de caráter material e simbólico que assinalam a fragmentação do ser e do estar dos povos oprimidos — por exemplo, mediante o esvaziamento dos territórios de vida dos colonizados, para a expansão da acumulação capitalista; ou através da negação das ontologias territoriais ou da supressão de saberes e práticas territoriais tradicionais (MANSILLA-QUIÑONES et al., 2019). Isso demonstra que a zona do não ser descrita por Fanon também adquire uma espacialidade naquela que, em outros trabalhos, propusemos entender como uma “*geografia do não ser*” (MANSILLA-QUIÑONES, 2019), de modo a apontar as negações das ontologias territoriais.

Em síntese, tentamos propor a geografia das ausências como um conceito amplo que descreve uma série de mecanismos coloniais mediante os quais se exerce o poder; e que permitem produzir socialmente o território, organizando-o e fixando a sua representação de mundo. Ao mesmo tempo, esse conceito propõe investigar o território e a territorialidade como dispositivos de caráter material e simbólico que permitem levar a cabo o exercício da colonialidade.

Cabe assinalar que o marco interpretativo das ausências produzidas pelo colonialismo, geralmente, explorou as implicações da negação da existência no âmbito ontológico, a partir dos campos de estudo dedicados à “colonialidade do ser” (MALDONADO-TORRES, 2007) — que aponta a forma como o colonialismo se encontra profundamente enraizado na experiência de vida e no corpo dos colonizados. Este marco também foi utilizado para abordar a “colonialidade do saber” (CASTRO-GÓMEZ, 2000), que permite descrever as formas de negação epistêmica geradas pela filoso-

fia eurocêntrica, suprimindo os saberes territoriais locais (QUINTERO-WEIR, 2015). A partir da leitura espacial da colonialidade que propomos abordar, é possível apontar uma forma complementar que denominamos como "colonialidade do estar", para dar conta da maneira como a colonialidade encontra-se profundamente enraizada em nossas formas de ser/estar com/no território. A colonialidade do estar aponta a experiência de habitar um mundo produzido sob a representação moderno-colonial. Esta colonialidade do estar se revela, por exemplo, nas relações dicotômicas entre o ser humano e a natureza; as formas de uso e significado do território; a dicotomia das relações corpo-território; o deslocamento entre nossos saberes territoriais e o conhecimento científico; a expressão da territorialidade. Em cada um destes campos é possível identificar a marca profunda deixada pelo projeto moderno-colonial sobre a nossa espacialidade.

É importante assinalar que, tal como aparece na Figura 1, a colonialidade do estar é parte de outras múltiplas formas de expressão da colonialidade, que operam como uma tríade utilizada para a negação. De tal forma, as colonialidades do saber, do ser e do estar devem ser sempre analisadas de forma complementar.

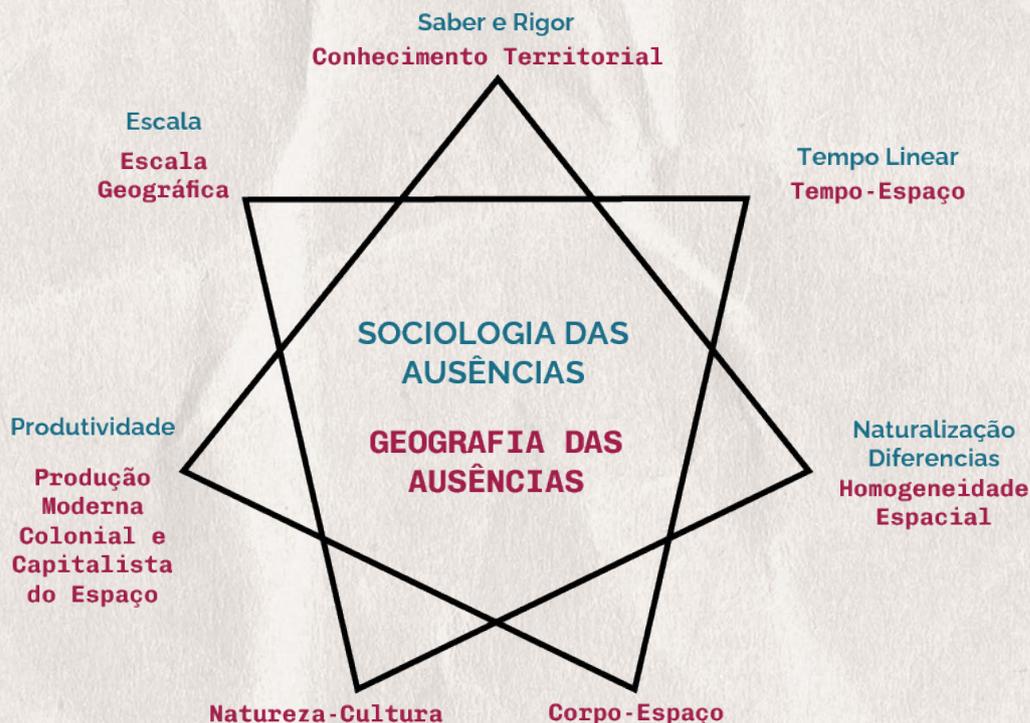


Figura 1. Fonte: elaboração própria.

É interessante identificar que, nessa perspectiva, a ausência é gerada pela imposição de uma ontologia desterritorializante aplicada pela sociedade hegemônica ocidental sobre a definição do ser, que transgride as ontologias dos povos enraizados no território. Esta imposição é descrita por Rodolfo Kusch (2008), que aponta que, no projeto moderno-colonial ocidental, o desenvolvimento do ser humano é definido pela noção unívoca do "ser" — que vem do latim *sedere*, que significa estar sentado. Conforme este autor explica, isto retrata a maneira pela qual o projeto social ocidental promove o desenvolvimento do ser através do progresso material, da exacerbação do eu e da promoção do sucesso individual. Ao mesmo tempo, isto se consegue mediante uma crescente desterritorialização ontológica que aliena o vínculo do ser com o território e com outras formas de vida. Em contrapartida, para Kusch (2008), o indígena é constituído pelo "estar", que vem do latim "*stare*", que se refere a estar de pé — o que, segundo Kusch (2008), aponta que o pensamento indígena se constitui em relação ao "estar-sendo". Ou seja, a condição de "ser pessoa" está profundamente arraigada à sua dimensão territorial, na qual existe uma indivisibilidade entre o ser e o estar, isto é, há um *estar-sendo*.

A demanda por um giro territorial nas ciências

As ontologias territoriais estão ameaçadas pela profunda crise que a fase atual da estrutura de poder, composta pela modernidade-capitalista-colonial-patriarcal-antrópocêntrica, expõe e gera drásticos processos de desterritorialização e reterritorialização que transgridem a forma como os territórios são tradicionalmente produzidos e vividos (GUATTARI, 2015). A desterritorialização induzida por este pentágono de poderes gera a degradação, a desorientação territorial e um sentimento profundo de solastalgia⁴ entre os habitantes (ALBRECHT, 2005). Nesse colapso sistêmico (PORTO-GONÇALVES, 2001), designado por alguns autores como capitaloceno, antropoceno ou plantationoceno, incubam-se ambientes e territórios em crise são incubados (HAESBAERT; PORTO-GONÇALVES, 2006). Nesse contexto, as disputas por natureza estão no centro dos discursos e das práticas de movimentos sociais que tentam manter o controle de seus territórios (SAQUET, 2007; SANTOS, 2010). Um aspecto que se destaca nos discursos que acompanham estas demandas sociais é a indivisibilidade entre o território e os projetos de vida comunitários espacialmente enraizados (ESCOBAR, 2014). Assim, as lutas pelo território e pelo meio ambiente



tornam-se lutas pela vida, que são empreendidas contra as ameaças das ontologias territoriais, tornando-se lutas pela *re-existência* territorial, como aponta Carlos Walter Porto-Gonçalves (2001).

Assim, neste *mal-estar espacial* de início de século (MOREIRA, 2012), os problemas referentes ao *espaço geográfico*, que são objeto de disputa dos movimentos sociais, exigem pôr o território e a territorialidade no foco das preocupações das ciências sociais, contestando o viés epistêmico moderno que historicamente privilegiou o estudo do tempo sobre o estudo do espaço (FOUCAULT, 1986; SANTOS, 2011). Embora as ciências sociais e as humanidades tenham começado a experimentar um giro epistemológico espacial diante desse chamado, essa aproximação espacial ainda requer superar a perspectiva *científica positivista* sobre a qual ela está sustentada, ou seja, a compreensão universalista de um espaço absoluto, entendido simplesmente na sua condição de recurso, localização, recipiente ou cenário dos fatos sociais. É preciso avançar em direção a uma perspectiva que considere o espaço como produção social, lugar habitado e fundamento da existência social (MANSILLA-QUIÑONES; IMILÁN, 2018; ESCOBAR, 2014), além da sua relação com a cosmovisão e o sentipensar das comunidades (QUINTERO-WEIR, 2011), a fim de abrir caminho para a construção de territórios alternativos (DE LA CADENA, 2010; BLASER, 2009).

Paralelamente, a geografia, como campo de conhecimento espacial, adquire cada vez mais relevância na descrição e na compreensão das mudanças territoriais e ambientais que o projeto de desenvolvimento moderno nos faz enfrentar. Contudo, a crise da modernidade também gera uma crise epistêmica dentro da própria geografia, devido à dificuldade de explicar e dar respostas às transformações territoriais contemporâneas através de teorias e conceitos construídos nas hegemonias do conhecimento científico eurocêntrico (MOREIRA, 2012; DO CARMO, 2017). Expõe-se, assim, o desafio de situar o conhecimento geográfico na América Latina, compondo outros lugares de enunciação geográfica que contribuam com o desenho de territórios alternativos em tempos de crise (HAESBAERT, 2012; ESCOBAR, 2014).

A despeito do descuido espacial nas epistemologias, o controle do território, em sua dimensão material e simbólica, foi o dispositivo pelo qual a dominação colonial foi conduzida, ao mesmo tempo que a configuração da organização territorial resulta das expressões das formas políticas, culturais, econômicas, sociais e ambientais do colonialismo. É por isso que o significado do território geralmente está associado à hegemonia do Estado-nação e a sua soberania espacial dentro de fronteiras bem definidas, e que as contestações territoriais são apontadas como terrorismo. Ao mesmo

tempo, como já apontamos anteriormente, a colonialidade do estar é profundamente introduzida na trama da vida dos sujeitos, incidindo na espacialidade da vida cotidiana, desterritorializando práticas espaciais, saberes territoriais, relações corpo-território e ritmos espaciais, ou seja, exercendo controles biopolíticos, tanatopolíticos⁵ e necropolíticos por meio do espaço geográfico. Assim, as lutas pela descolonização são lutas pela recuperação do território e da territorialidade cooptados pelo colonialismo.

O viés a-espacial também pode ser rastreado em um conjunto de estudos inseridos no contexto do giro decolonial, os quais, embora empreguem termos da geografia e da cartografia, bem como os imaginários geográficos coloniais como metáforas espaciais para discutir aspectos filosóficos ou literários, não exploram profundamente a dimensão espacial da colonialidade (DO CARMO, 2017); ou, simplesmente, abordam a dimensão espacial como um suporte físico servindo como o cenário onde se desenrolam as ações do teatro colonial. Nesse descuido espacial dos estudos decoloniais é possível rastrear parte da herança epistemológica moderna, que colocou o espaço geográfico em um segundo plano de importância. São uma exceção os esforços que vêm sendo realizados no campo da ecologia política, a qual abordou o problema da colonialidade da natureza (ALIMONDA, 2011), e escritos recentes que começam a contribuir com o debate.

O viés a-espacial do projeto decolonial também se evidencia na falta de uma capacidade de imaginação geográfica que supere o ordenamento territorial dos Estados nacionais e as suas políticas de escala. Isso fica evidente em um número importante de acadêmicos decoloniais que chancelam a tese de que as emancipações somente poderão ser realizadas mediante a tomada e o controle do Estado-nação, gerando uma defesa ferrenha de governos progressistas de esquerda que têm proposto descolonizações retóricas, mas que, na realidade, continuam implementando práticas neoextrativistas e exercendo colonialismos internos que negam a existência territorial dos colonizados. Tais acadêmicos decoloniais também têm questionado e negado a legitimidade dos projetos territoriais descolonizadores construídos a partir de posições autonomistas e libertárias que questionam o Estado, tachando essas experiências de utopismos radicais e considerando o seu alcance limitado, por serem práticas enraizadas ao local. Estas perspectivas políticas territoriais que se diferem, entre os projetos decoloniais que pretendem refundar o Estado-nação e aqueles que promovem a construção de experiências autônomas de base territorial de caráter heterotópico, talvez sejam uma das mais importantes contradições e fraturas que o projeto decolonial contemporâneo expõe na América Latina, o que foi agravado durante as

últimas décadas no contexto das crises e das transições políticas do continente em que estas posições se polarizaram.

Uma geografia das ausências

Como assinalam Boaventura de Souza Santos e Maria Paula Meneses (2010), no que diz respeito às negações epistêmicas que a colonialidade do saber promove: "o pensamento moderno ocidental é um pensamento abissal", que cria uma separação radical e excludente entre o conhecimento científico hegemônico moderno e os conhecimentos locais, postos em um lugar de inferioridade ao serem considerados não científicos, provenientes do senso comum. Boaventura de Souza Santos (2009) qualifica este tipo de razão como indolente diante do desperdício da experiência. O autor faz "uma crítica à razão indolente, preguiçosa, que se considera única, exclusiva e que não se exercita o suficiente para poder ver a riqueza inesgotável do mundo". Esta negação epistemológica, também descrita por outros autores como "colonialidade do saber" (CASTRO-GÓMEZ, 2000), tem sido exercida de forma sistemática, desde a constituição das ciências modernas no século XVI, através do exercício da violência epistêmica sobre o conhecimento popular. Segundo Santos (2010), o epistemicídio tem sido realizado mediante a supressão de todas as práticas sociais geradoras de conhecimento antagônicas ao pensamento científico moderno.

Desta maneira, Santos (2010) explica a colonialidade através da "sociologia das ausências", composta por cinco mecanismos monoculturais de negação epistêmica:

A monocultura do saber e do rigor, na qual a única representação válida da realidade é a que surge do conhecimento científico. Todas as outras formas de produção de conhecimentos, saberes e práticas sociais são negadas através da ignorância.

A monocultura do tempo linear, que propõe que a história tem tão somente um sentido linear, orientado ao futuro. No topo temporal estão os países hegemônicos, que definem os rumos dos territórios do Sul Global, que devemos seguir para atingir o nosso "desenvolvimento".

A monocultura da naturalização das diferenças, através da qual são ocultadas hierarquias e classificações sociais de raça, etnia e sexo, entre outras, que servem para gerar relações de poder e subordinação sobre grupos que são colocados em uma situação de inferioridade natural. Ou seja, ao incorporar as diferenças, esses grupos

não são capazes de escapar delas. Essas diferenças são apresentadas como algo inerente à natureza.

A monocultura da escala dominante, em relação às predisposições escalares presentes na compreensão da realidade social, que privilegiam uma perspectiva explicativa universalista na qual, como afirma Santos (2010), "toda ideia ou entidade é válida independentemente do contexto em que acontece". Isto é particularmente identificável nos discursos da globalização que supõem a eliminação do que é local. A forma de produzir ausência é através da sua oposição ao particular e ao local: como afirma Santos (2010), "a realidade particular local não tem dignidade como alternativa crível a uma realidade global, universal". Nesse sentido, o local é entendido como um dado descartável.

A monocultura do produtivismo capitalista, na qual as únicas formas de produção e de valor são determinadas pelo capitalismo, aplicadas sobre o trabalho e a natureza, tendo como ideia que elas somente são produtivas quando aplicadas no escopo do crescimento econômico e de produtividade. Nesse sentido, a negação social é realizada através da improdutividade.

A geografia não está alheia a estes questionamentos. Em sua condição de ciência moderna associada a discursos e práticas colonialistas, ela constituiu um saber útil para a dominação de povos e territórios, invisibilizando e negando aquelas outras geografias produzidas a partir do conhecimento popular (MOREIRA, 2006; PORTO-GONÇALVES, 2009).

As marcas da violência epistêmica podem ser rastreadas no colonialismo intelectual que impera na geografia latino-americana, quando se investiga a relação entre epistemologia e localização geográfica, sendo que uma parte significativa dos estudos em geografia forma um "*conhecimento não situado*" (HARAWAY, 2003). Em outras palavras, trata-se de um raciocínio científico que analisa os processos locais transferindo teorias e conceitos produzidos em outras latitudes. Nas palavras de Santos (2011), é um conhecimento que se pretende universalista e "que desconfia sistematicamente das evidências de nossa experiência imediata".

Dessa forma, a pesquisa geográfica na América Latina encontra uma abundância de teorias, conceitos e metodologias importados e ajustados à força às nossas realidades — sem sucesso, é claro. Por exemplo, ora refletimos sobre os nossos "territórios" e os seus "ordenamentos territoriais" utilizando as acepções francófonas ou anglo-saxãs, sem distinguir as significações que o território adquire a partir das práticas sociais e políticas locais (HAESBAERT, 2012); ora compreendemos as relações entre

ser humano e natureza por uma perspectiva moderna e eurocêntrica, que a reduz à condição de recurso ou simples conjunto de objetos espaciais (GUDYNAS, 2014). Assim, temos aceitado que a história do conhecimento geográfico se desenvolve nas hegemonias do conhecimento — Europa e Estados Unidos —, e que a produção de conhecimento em nossos territórios é apenas o resultado de nossa adesão a essas correntes epistemológicas.

Inclusive a geografia crítica, como pensamento eurocêntrico, considera que seus marcos fundacionais estão na América do Norte, no contexto das tensões políticas vivenciadas durante a década de 1970 (MATTSON, 1978) — sem levar em consideração os diversos conhecimentos que acompanharam e surgiram das disputas políticas por terra e território, anteriormente desencadeadas por movimentos sociais na América Latina. Nesse sentido, podemos ressaltar como fomos apagados do mapa global da produção do conhecimento crítico em geografia: por exemplo, dos manuais de epistemologia da geografia usados nos cursos universitários, que explicam o desenvolvimento do pensamento geográfico a partir das hegemonias do conhecimento (ver: CAPEL, 2012; VALCÁRCEL, 2000; entre outros). Neles, a geografia latino-americana — e do Sul Global — ocupa um lugar marginal, desempenhando o papel de receptor que deve ser assimilado pelas estruturas do pensamento hegemônico. Dessa forma, a produção do conhecimento geográfico assume um caráter eurocêntrico, perpetuado por meio de uma relação de dependência teórica e epistemológica em relação aos centros de produção científica — anglo-saxões, franceses e norte-americanos —, obscurecendo os saberes construídos a partir das latitudes do Sul Global. Com essa ação, geramos um conhecimento geográfico que pretende ser global, assumindo a epistemologia eurocêntrica como nossa, reafirmando a estrutura epistemológica que nos nega (KUSH, 2008). Assim, representamos o espaço por meio de reflexões teóricas e conceituais valendo-nos de quadros epistemológicos produzidos nas hegemonias, enquanto desperdiçamos os conhecimentos geográficos locais ao ignorarmos a experiência contida no relato de nossos territórios e de nossas próprias vivências. Pior ainda, nessa perspectiva eurocêntrica, nossos territórios são representados como estereis, no que diz respeito à sua capacidade de construir alternativas epistemológicas ao pensamento geográfico global. Na verdade, os conceitos que surgem de nossas realidades acabam por unicamente abordar situações de precariedade, marginalidade e exclusão, raramente de esperança (SANTOS, 2011).

A falsa superioridade do conhecimento eurocêntrico é exemplificada também pelo quase total desconhecimento da produção intelectual da geografia latino-ame-



ricana por parte dos geógrafos situados em países que controlam as hegemonias do conhecimento científico.⁶ Além disso, o menosprezo intelectual recai na objetificação de nossas realidades geográficas, uma vez que a ciência eurocêntrica se desenvolveu no âmbito dos “estudos de caso” (MIGNOLO, 2005) — conduzidos por pesquisadores situados em países hegemônicos, que se tornam especialistas em nossas realidades, gerando leituras territoriais por meio de matrizes de pensamento eurocêntricas. Eles também se encarregam de reproduzir imaginários geográficos que — como aponta Said (2007), no caso do Orientalismo — não passam de representações do Ocidente para satisfazer os seus próprios imaginários coloniais.

Dessa forma, quando a geografia é submetida à análise crítica dos mecanismos de produção da inexistência, destacados por Boaventura de Sousa Santos (2010; 2017), é possível afirmar que, enquanto conhecimento científico, ela também é atravessada por uma razão científica indolente que menospreza os conhecimentos populares. Utilizando as palavras da líder mapuche Moyra Millán, podemos argumentar que, paralelamente ao epistemicídio, há um “terrício”, que opera por meio da ação de Estados nacionais e empresas capitalistas, os quais produzem a supressão das relações de existência que os povos geram com os seus territórios de vida. Para alcançar isso, são postas em prática “geografias das ausências”, que possibilitam a produção hegemônica do ordenamento territorial moderno-colonial, das seguintes maneiras:

Primeiramente, em relação à *monocultura do saber*, é preciso observar que todo conhecimento é um conhecimento geográfico. Ou seja, é um conhecimento adquirido a partir de uma relação com o território. Dessa forma, é possível afirmar que todos os grupos sociais possuem um conhecimento geográfico próprio, que surge da relação com o seu território enquanto espaço de vida e por meio do exercício da sua territorialidade (QUINTERO-WEIR, 2011). A ignorância científica moderna ignora esses *saberes-outros*, que são produzidos com/no território a partir da perspectiva comunitária. Ao mesmo tempo, o epistemicídio se concretiza através da intervenção nos territórios onde acontece a produção do conhecimento popular e, conseqüentemente, ocorre por meio da intervenção nas práticas espaciais que compõem a territorialidade associada a esses lugares.

Por sua vez, a *monocultura do tempo-espaço* se reflete em uma perspectiva dicotômica, que separa o tempo do espaço, e numa perspectiva de tempo linear, que acompanha os discursos de desenvolvimento territorial, criando uma imagem geográfica do futuro como superação do passado, acelerando assim os territórios ao ritmo da produção capitalista (HARVEY, 2008). Essa monocultura espaciotemporal se sobrepõe



aos tempos-espacos comunitários, construídos a partir da memória territorial e que, portanto, na sua concepção de desenvolvimento, avançam em direção ao passado (QUINTERO-WEIR, 2015). Nessa perspectiva, prevalece uma concepção judaico-cristã do tempo histórico, que apaga outras formas de produção socioespaciotemporal.

A *monocultura da diferença* se reflete, em termos geográficos, na concepção de um espaço social homogêneo e isotrópico, onde as diferenças expostas por sua geografia social devem ser eliminadas e segregadas, impondo a ordem territorial ditada pela estrutura de poder moderno-capitalista-patriarcal, a fim de compor uma representação única do espaço geográfico. Nesse contexto, é criada a ideia de um sujeito espacial universal, cujas intersecções associadas às diferenças de gênero, etnia, classe e idade, entre outras, devem ser espacialmente controladas e eliminadas (SOJA, 1993; SILVA, 2009).

A *monocultura da escala* representa um dos principais problemas na representação do espaço geográfico, que vem sendo discutido em relação às suas implicações no debate sobre políticas e ontologias de escala (MARSTON, 2000). Isso ocorre devido ao seu uso estratégico por parte das instituições de poder para ocultar o que ocorre entre uma e outra escalas geográficas. Ao mesmo tempo, o problema das escalas surge devido à pretensão de universalidade da geografia, que tenta reproduzir modelos, teorias e leis globalmente, sem reconhecer as particularidades dos contextos territoriais em que está inserida. Assim, geram-se profundas crises epistemológicas, devido ao que Santos (2011) aponta como “falsa equivalência de escalas”.

Por fim, é importante destacar que a *monocultura do produtivismo* capitalista também permite compreender a forma como a geografia tem se apresentado como conhecimento científico a serviço do domínio e do controle capitalistas do território (PORTO-GONÇALVES, 2009). Nessa concepção, o espaço geográfico é entendido como um fator de produção e uma barreira à acumulação capitalista, a ser superada. Assim, a modernidade capitalista estrutura-se primariamente como uma grande força de desterritorialização, associada à lógica de extração e objetificação da natureza (HAESBAERT, 2009).

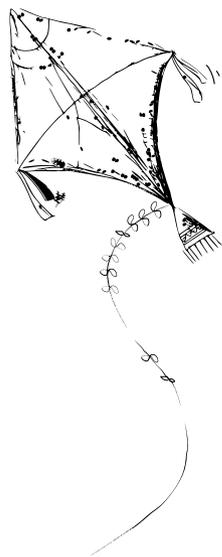
Esses diferentes aspectos permitem um diálogo com a “sociologia das ausências”, proposta por Boaventura de Sousa Santos, complementando-a com uma “*geografia das ausências*” que dê conta dos pontos cegos no mapa epistemológico da geografia, cujas omissões intencionais facilitaram a produção do conhecimento geográfico com vistas à instauração da colonialidade e à negação da existência de outras territorialidades, alternativas. Como menciona García (2016), essas ausências na geografia

surgem porque "durante muito tempo, as existências espaciais de muitos 'outros' e suas ações concretas não foram consideradas 'adequadas' como objetos de estudo no campo da geografia".

No entanto, é importante salientar que a essas *geografias das ausências* podem ser adicionados pelo menos mais dois âmbitos que não necessariamente encontram um paralelo na sociologia das ausências. Eles emergem no contexto das hierarquias e dicotomias entre natureza/cultura e corpo/espço.

A *monocultura da natureza*, expressa na dicotomia natureza/cultura, reflete o conceito de natureza predominante na razão moderna, entendida como uma realidade externa, em oposição ao ser humano (SANTOS, 2010). A natureza é representada como a prisão original para o desenvolvimento do ser humano, a ser dominada por meio do conhecimento e da técnica. Dessa forma, a natureza torna-se um objeto de domínio e controle humanos. Diante da crise ambiental, evidenciada na atual fase da modernidade, tal monocultura da natureza deve ser questionada e ampliada a partir do reconhecimento de múltiplas formas de relação com a natureza — que se constituem a partir de conhecimentos-outros, que representam a natureza como sinônimo de vida, sendo ela sentida e pensada a partir de uma perspectiva ontológica e relacional entre atores humanos e não humanos (ESCOBAR, 2014; MANSILLA-QUIÑONES; MELÍN, 2019).

E a *monocultura descorporificada*, expressa na dicotomia corpo/espço, surge da perspectiva da ciência moderna como um imperativo da razão, que elimina o corpo em sua condição sensível e criadora de conhecimento. A razão científica moderna dá centralidade ao desenvolvimento intelectual, ao cultivo da mente e à supervalorização do sentido da visão (o olho enquanto um órgão científico) (HARAWAY, 2003; SANTOS, 2011). Conforme destaca Santos (2011), a ciência desconfia de nossa experiência imediata, apresentando o ser humano como descorporificado e governado apenas pela razão. Nesse contexto, torna-se necessário promover outras formas de produção de conhecimento geográfico a partir de uma perspectiva sentipensante (QUINTERO-WEIR, 2011; ESCOBAR, 2014). Como vêm apontando os estudos de geografia e gênero (SILVA, 2009; ZARAGOCÍN, 2020), é cada vez mais importante desfazer as fronteiras que foram constituídas entre corpo e espço — compreendendo o corpo como o primeiro espço de contato sensível com o território e reconstruindo as formas de observar, sentir e pensar o mundo por meio das corporalidades. Ao mesmo tempo, a partir da perspectiva dos povos originários, torna-se cada vez mais importante reconhecer o território como "corpo" (MANSILLA-QUIÑONES; IMILÁN, 2019), ou seja, o território enquanto sujeito que possui uma corporalidade em que habitam emoções, afetos e sentires.



São esses os pontos cegos que emergem de uma razão geográfica fragmentada e dicotômica, reproduzindo uma visão enviesada e incompleta da relação com o território. Como destaca Boaventura de Sousa Santos (2011), tal visão pode ser considerada como parte de uma razão indolente e metonímica que estreita o presente, desperdiçando a experiência e os conhecimentos que emergem do local.

Na figura subsequente, esquematiza-se a proposta de ampliar a ideia de sociologia das ausências, integrando a dimensão espacial da *colonialidade do estar* e as *geografias das ausências*.

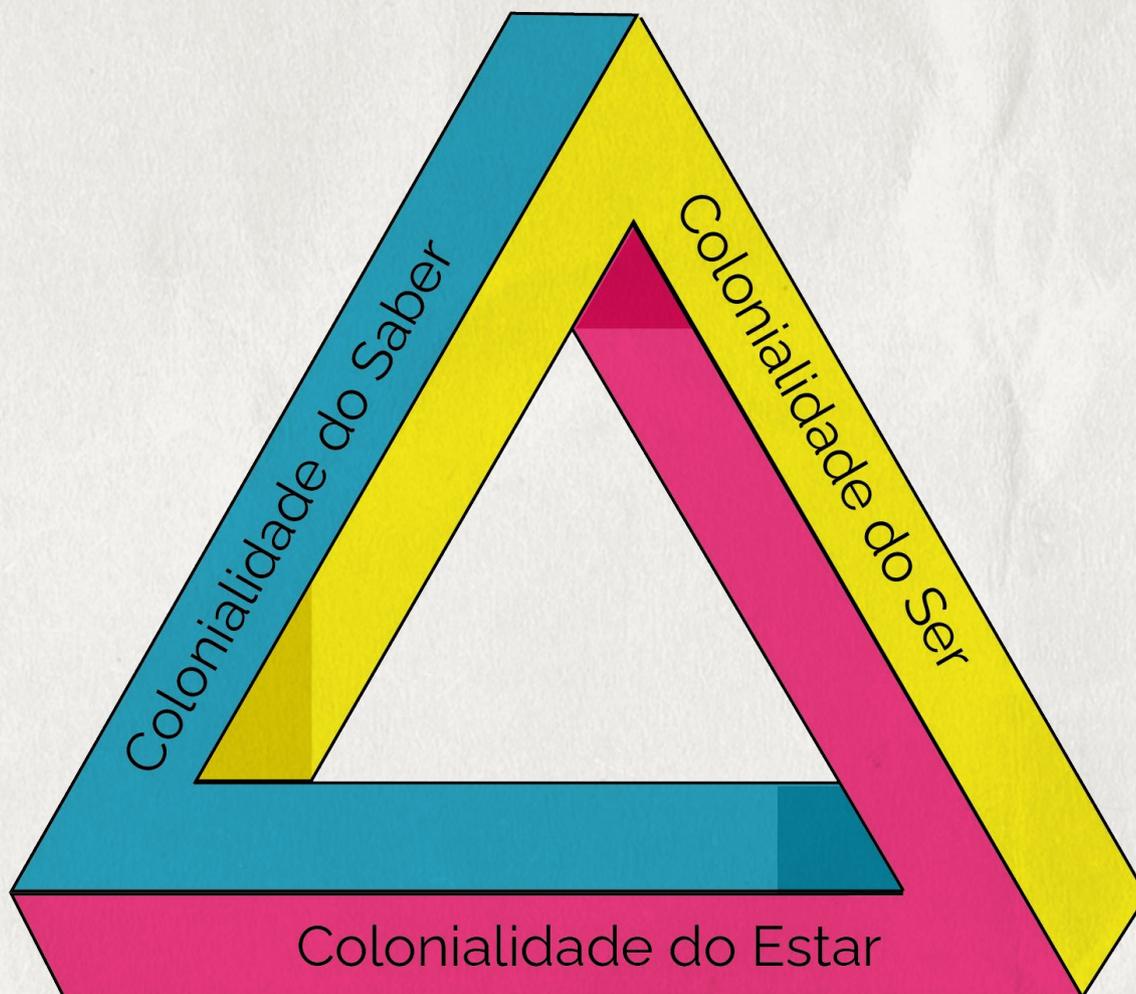


Figura 2. Fonte: Elaboração Própria.

Diante dessa razão metonímica, é necessário explorar alternativas. Uma possibilidade é investigar o conhecimento popular a partir da perspectiva das epistemologias do Sul, a fim de produzir um conhecimento “alter”-“nativo”; quer dizer, superando os essencialismos e avançando rumo a uma tradução epistêmica e a uma ecologia de saberes que, a partir de uma perspectiva construtivista, permita encontrar outras formas de relação entre humanos e não humanos (SANTOS, 2010).

O território como substantivo crítico dos movimentos sociais

Seguindo Boaventura de Sousa Santos (2011; 2017), podemos pensar que *epistemologias geográficas do Sul* devem emergir dos conhecimentos resultantes das práticas sociais e das disputas políticas que os movimentos sociais têm empreendido para contestar as colonialidades do poder, do ser e do saber; e, mais especificamente, das disputas contra a dimensão territorial da colonialidade — que aqui nos propusemos chamar de *colonialidade do estar*, para indicar a forma como a colonialidade atravessa profundamente a experiência de habitar o mundo, o que se manifesta em transgressões às práticas espaciais, aos saberes territoriais e às relações entre corpo e espaço, entre outros aspectos que sustentam a territorialidade de um grupo humano. Ou seja, a renovação do conhecimento geográfico, em chave decolonial, deve surgir a partir das múltiplas aprendizagens geradas no contexto do repúdio à ordem territorial capitalista-moderno-colonial e das propostas de territórios alternativos à ordem vigente, que propõem uma deriva ontológica em relação às formas de ser/estar com/no território (ESCOBAR, 2014; BLASER, 2009; MANSILLA-QUIÑONES; MELÍN, 2019).

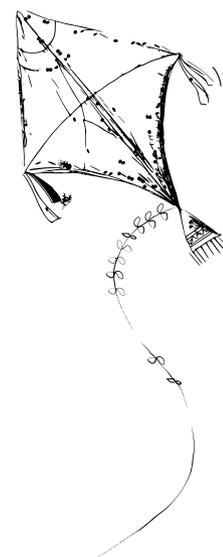
Nesse contexto, um dos *substantivos críticos* contemporâneos que contesta essa *colonialidade do estar* é a ideia de território que tem se apresentado em grande parte das lutas sociais que são travadas hoje em dia, por comunidades locais, habitantes e povos originários do subcontinente latino-americano, entre outros (HAESBAERT, 2012; PORTO-GONÇALVES, 2009; SAQUET, 2010; MANSILLA-QUIÑONES; MELÍN, 2019). Defendemos que o território é um dos principais substantivos críticos que as práticas dos movimentos sociais latino-americanos de nossa época trazem à tona, uma vez que eles propõem uma abordagem dos conceitos de território e territorialidade a partir de seu próprio conhecimento. São fatos da atualidade tanto o ressurgimento da relevância política e social das disputas territoriais, que muitos consideravam encerradas, quanto a manifestação de diferentes territorialidades, também tidas por extintas. Os

movimentos sociais contemporâneos desenvolvem diversas formas de luta, exigindo o reconhecimento dos seus territórios e o exercício da sua territorialidade, até então negados no âmbito da colonialidade e do colonialismo interno (QUINTERO-WEIR, 2011). Assim, contestam o sentido unívoco do território, historicamente associado à soberania dos Estados nacionais (MANSILLA-QUIÑONES; MELÍN, 2019). Nesta perspectiva, o território é ressignificado pelo seu uso como categoria política (HAESBAERT, 2014; SAQUET, 2010; SOUZA, 2013) e a partir da sua definição ontológica, que descreve um modo de habitar o mundo (BLASER, 2009).

Constituídos a partir do conhecimento popular, tais significados desafiam a concepção moderno-capitalista-colonial-eurocêntrica de território, bem como a ordem territorial imperante, especialmente evidente no reforço do controle dos deslocamentos territoriais por parte do Estado e das corporações capitalistas. Como indagado por Boaventura de Sousa Santos:⁷ "vivemos em um tempo de abolição das fronteiras ou em um tempo de construção de fronteiras?". Ao tentar fornecer uma resposta, ele explica: "se considerarmos dois dos poderes e instrumentos que governam minuciosamente nossas vidas (o capital financeiro e a internet), a conclusão inevitável é que vivemos em um mundo sem fronteiras". No entanto, ele adiciona imediatamente que, "por outro lado, se considerarmos as incessantes construção e reafirmação de muros fronteiriços, concluímos facilmente que, ao contrário, as fronteiras nunca foram tão mobilizadas para delimitar pertencimentos e criar exclusões". De fato, o autor se refere, em primeira instância, ao fato de que, no contexto da globalização, e para o capital, as fronteiras territoriais definitivamente deixam de existir, criando a falsa ilusão de uma realidade desterritorializada; porém, em segunda instância, os próprios Estados-nação se encarregam de delimitar linhas de contenção e exclusões, dentro de seus próprios territórios, contra as populações que ocupam os territórios requeridos por esse capital sem fronteiras (HAESBAERT, 2014). Assim, vivemos em uma época de reestruturações territoriais, conforme Boaventura de Sousa Santos (2013), nos espaços-tempos mundiais, domésticos, de produção e de cidadania.

Tais rearranjos territoriais e desterritorializações da modernidade capitalista geram reterritorializações, sob a forma de disputas territoriais. Ao mesmo tempo, promovem a emergência de desenhos territoriais alternativos ao projeto moderno-colonial, que reivindicam a sua autonomia. Nesse contexto, a questão territorial se apresenta como um dos temas mais prementes e críticos de nossa realidade latino-americana.

Conseqüentemente, o conceito de território encontra-se aberto a uma multiplicidade de interpretações que, em linhas gerais, convergem no seu entendimento como



o resultado das apropriações espaciais de natureza material e simbólica realizadas pelos sujeitos e grupos sociais. Seguindo Haesbaert (2011), a apropriação e a valorização do território podem ocorrer de duas formas: "de caráter instrumental-funcional ou simbólico-expressivo". A primeira corresponde à que surge da racionalidade instrumental do Estado e do capitalismo, neste caso, das instituições públicas e privadas que promovem o desenvolvimento territorial e se apropriam do território em sua condição política ou como recurso natural por meio do qual as matérias-primas para a produção capitalista são obtidas. Já a apropriação de caráter simbólico surge a partir das práticas culturais desatadas pelos sujeitos e comunidades no território, a partir das quais são criados símbolos territoriais que permitem reafirmar a identidade. Na primeira forma de apropriação predomina uma valorização do território como valor de troca e, na segunda, como valor de uso. Em outras palavras, e de acordo com Moreira (2006), a sociedade organiza o seu território em um espaço e um contra-espaço. Por um lado, um "território" é projetado pelas instituições, que tentam fixar uma representação espacial unitária e homogênea. Por outro lado, um "contraterritório" é projetado pelos habitantes, que tentam dar espaço à diversidade, à heterogeneidade e à diferença.

Sendo assim, não existe cultura sem território. Isso porque o que conforma a cultura é o processo de territorializar uma determinada geografia que, por sua vez, nesse mesmo processo, é impulsionada a *conhecer e reconhecer* todos os lugares que assim vão constituir a totalidade do território, em virtude e em função das suas respectivas contribuições na busca de soluções para os problemas materiais de existência da comunidade humana (QUINTERO-WEIR, 2016). No entanto, territorializar também implica atribuir ao território e a seus componentes uma determinada *significação simbólica*, que se traduz em designação e interpretação verbais. Ou seja, o processo de territorialização corresponde à ação de geo-grafar o espaço, transformado por esta via no território do grupo humano que, a partir desse momento, o assume como próprio, mantendo um vínculo emocional e sensível com ele/nele.

Ao mesmo tempo, o processo de territorialização está relacionado com um *fazer territorial* que envolve o desenho, a criação e a experimentação de processos, instrumentos, ferramentas, rituais e tudo o que for material e simbolicamente necessário para conhecer, reconhecer e exercer os lugares do território. Em outras palavras, esse fazer se manifesta em um conjunto de práticas espaciais que respondem às maneiras de agir com/no território. Assim, a construção do habitar envolve a seleção do lugar para o estabelecimento familiar e coletivo, mas também a transformação da natureza do lugar e de todos os seus elementos em um projeto arquitetônico capaz de fornecer

abrigo — o que também impõe a criação de instrumentos, técnicas e ferramentas para o processamento de materiais e até mesmo para a organização e a distribuição do trabalho. É o que, por fim, materializará não apenas a casa como abrigo, mas também o habitar da comunidade.

O processo de territorialização também é gerado a partir de uma *corporificação territorial (territorial embodiment)*, que surge das relações encarnadas entre o corpo e o território — pelas quais os sujeitos percebem o mundo por seus órgãos sensoriais, interpretando as imagens que lhes são apresentadas como paisagens visuais, sonoras ou que degustam a partir dos sabores e aromas de suas práticas alimentares (PORTO-GONÇALVES, 2009). Conforme destacado pelos estudos de geografia e gênero, as relações entre corpo e território estão intimamente vinculadas, a ponto de as mudanças territoriais se transformarem em marcas impressas nas corporalidades de seus habitantes, que passam a carregar em seus corpos a história e a geografia dos seus territórios de vida. Ou ainda, como já apontaram a partir da cosmovisão dos povos originários, o território é visto como um grande corpo com o qual os corpos humanos se relacionam (QUINTERO-WEIR, 2015).

O processo de territorialização vai exigir do grupo a *configuração de uma imagem compartilhada sobre o espaço a ser territorializado*, enquanto imagem de sua compreensão do mundo. Assim, a comunidade humana estabelece um lugar de ver e sentir o mundo, ou seja, uma perspectiva a partir da qual orienta a totalidade da sua experiência, até a sua sistematização. Isso se expressa nas denominações criadas para nomear esse lugar através da toponímia e de discursos com os quais é resumida, narrada e transmitida a experiência que vai formando a *memória territorial da cultura* (QUINTERO-WEIR, 2011). Dessa maneira, a visão que é socialmente configurada sobre o espaço geográfico a ser territorializado vai orientar todas as ações implícitas no processo de territorialização e, por sua vez, vai moldar todo um *sentipensar*, um filosofar, ou seja, todo um sistema de pensamento que vai definir o grupo em seu *fazer territorial* e que este grupo vai expressar, de maneira contínua, em sua língua (QUINTERO-WEIR, 2011). Esse *sentipensar*, gerado no próprio processo de territorialização do espaço geográfico, nós denominaremos *cosmovisão* (ESCOBAR, 2014). Vale ressaltar que todo processo de territorialização ocorre a partir de um *sentipensar o mundo*, de uma cosmovisão; e toda cosmovisão é moldada *no e pelo* processo de territorialização, por meio do qual uma comunidade humana é capaz de transformar um espaço geográfico em seu território. O processo de territorialização como cosmovisão e, por

sua vez, o exercício do território como territorialidade da cosmovivência, nos mostram a existência de uma cultura geográfica, histórica e verbalmente determinada.

Dessa forma, a reconfiguração de territorialidades é um processo dirigido e orientado pela re-existência de sua memória territorial face à geografia das ausências e à colonialidade do estar. O território e a territorialidade, pois, estão profundamente ligados à cosmovisão do grupo e ao exercício de sua cosmovivência. Muito embora mudanças sejam geradas (uma vez que nenhuma cultura é estanque) pelo deslocamento territorial ou pela violência externa, a comunidade sempre busca defender e sustentar os elementos que a sua memória territorial considera representarem os fundamentos da sua cosmovisão que, em última análise, é o que define e molda o seu sentipensar e o seu horizonte. A cosmovisão, então, assim como a Terra, só admite mudanças e transformações de muito longa duração (QUINTERO-WEIR, 2011).

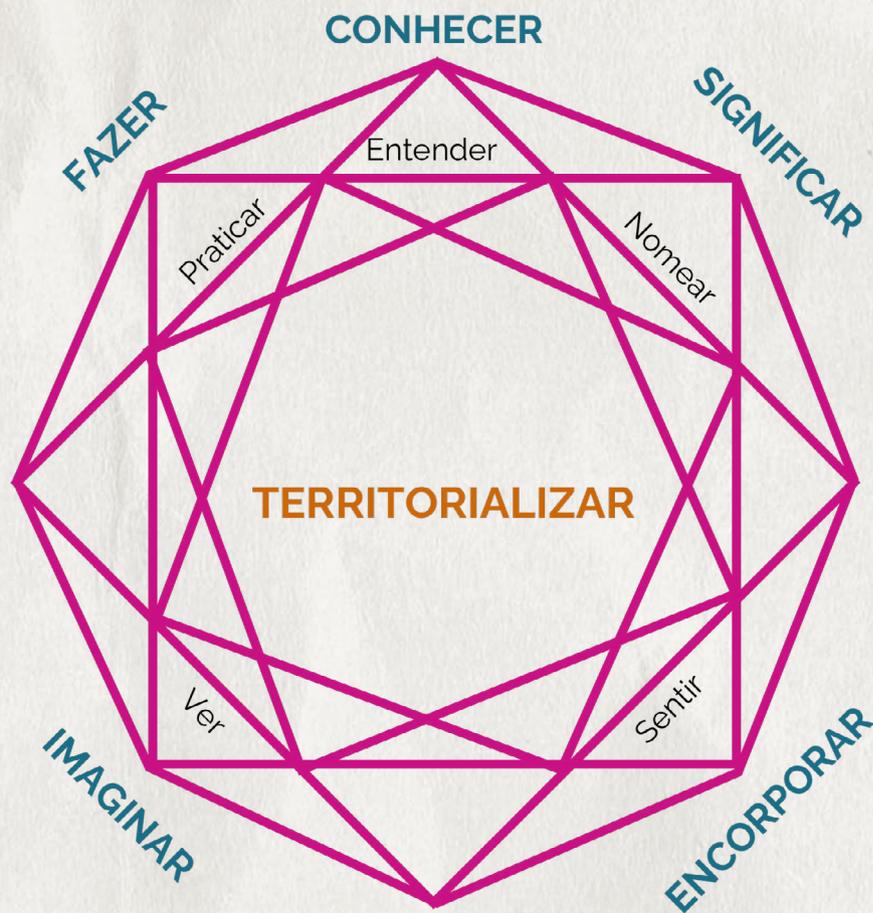


Figura 3. Fonte: elaboração própria.

Rumo a uma geografia das presenças? A construção de territorialidades alternativas nas epistemologias do Sul

Ampliar a discussão realizada por Boaventura de Sousa Santos, mediante a proposta de "geografias das ausências", nos permite dar resposta à forma como a ciência moderna tem desperdiçado o território como fundamento da existência dos povos colonizados e, ao mesmo tempo, ignorado os conhecimentos territoriais locais como interlocutores válidos. Essa negação ontológica e epistêmica do território teve o propósito de implantar a *colonialidade do estar*, isto é, uma ordem territorial moderno-colonial que afeta a dimensão material e simbólica do território em que habitam os povos colonizados. O objetivo final é provocar desterritorializações nas múltiplas relações que estes constroem com/em seus territórios, esvaziando-os para abrir caminho à acumulação capitalista.

Se para a geografia, o território surge como uma categoria de análise epistêmica baseada na reflexão eurocêntrica e, para as ciências, ainda é um desafio superar o conceito de território enraizado na soberania do Estado e em seu espaço absoluto, que faz parte do artifício engenhoso das negações territoriais dos povos originários, a partir da emergência do território como substantivo crítico nas epistemologias do Sul, é possível afirmar que ele é a base ontológica a partir da qual se constitui a existência dos grupos humanos, o seu sentipensar e a sua cosmovisão comunitária. Assim, o território emerge, nesses espaços, como um sinônimo de vida de modo relacional, que conecta seres humanos e, também, a partir de uma perspectiva pós-humana, seres mais que humanos. Dessa forma, a sua definição supera a razão moderna, de natureza dicotômica, que separa bom/ruim, branco/negro, mulher/homem, cultura/natureza, civilização/barbárie, tempo/espaço, espaço/ser humano e corpo/espaço, como dimensões fragmentadas unidas apenas por relações funcionais. Assim, o território, como substantivo crítico, é constituído por uma trama complexa de relações entre humanos e não humanos, formando um rizoma no qual os atores se tornam território, ao mesmo tempo que o território se torna esses atores. O território se manifesta como o lugar do múltiplo e do diverso, evidenciando, como aponta Santos (2009), a diversidade epistemológica inesgotável do mundo e que nossas categorias — geográficas — são muito reducionistas para explicar e transformar a realidade.

Indagar sobre outras diferentes formas de relação com o território, hoje, é uma tarefa indispensável no contexto das crises do projeto de desenvolvimento moder-

no-colonial, com o objetivo de fazer o desenho de outros territórios possíveis, em contraponto ao projeto territorial hegemônico da modernidade. Nesse sentido, essas “outras epistemologias territoriais” devem abrir-se a um diálogo intercultural e transmoderno, para o qual será indispensável recorrer a aspectos como a “ecologia de saberes” e a “tradução intercultural” (SANTOS, 2011; 2013). Assim, as discussões e avanços que estão ocorrendo na geografia latino-americana, no calor das práticas dos movimentos sociais, permitem fazer frente e pensar alternativas criativas para as monoculturas da produção capitalista moderno-colonial do espaço, as escalas geográficas, os conhecimentos territoriais, as formulações dicotômicas de tempo/espaço, corpo/território e natureza/cultura, e a persistência da produção de homogeneidade espacial. Nestes espaços de reflexão, estão sendo criados novos conceitos, teorias e metodologias que desconstruem as “geografias das ausências” e começam a propor uma “geografia das presenças”, isto é, a produção de emancipações de territórios e territorialidades que buscam acabar com as negações de existências e que propõem o estar-sendo com/em um território

Notas

1 Nota dos Editores – Como os demais textos deste volume da *Laje* que originalmente estavam em espanhol, este artigo recebeu uma última revisão técnico-acadêmica feita pelo editor-chefe Leo Name, bem como uma revisão final da tradução por Bruna Otani Ribeiro e Larissa Fostinone Locoselli, com equipe do Laboratório de Tradução da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA).

2 Os autores do artigo agradecem aos editores da revista *Utopía y Práxis Latinoamericana* (ISSN: 1316-5216 [impresso]; 2477-9555 [on-line]), que autorizaram a publicação desta segunda versão, melhorada, do artigo originalmente lá publicado, em 2019, com o título “Geografía de las ausencias, colonialidad del estar y el territorio como sustantivo crítico en las epistemologías del Sur”. O presente texto é resultado dos projetos:

FONDECYT Iniciação Científica n. 11181086 – “Desabitando os extremos: transformações nos modos de habitar”; Projeto ANID-PIA Anillos SOC180040: “BioGeoArt”; MEC 80190104: “Cartografias da Memória: Núcleo Milênio, Mobilidades e Territórios, NCS17_027; ANID ANILLOS ATE230072 Project, “Climate Pluriverses: A Decolonial Perspective of Geohumanities for the Design of Alternative Territories in Climate Change Contexts”; ANID FONDECYT n° 1220896 “Wiñolnampulkafe: Mapuche mobilities and their territorialities”.

3 Nota de Tradução (N.T.) – O termo “*criolla*” aqui faz referência ao conceito que se produz no contexto das colônias espanholas na América, inicialmente para designar a geração descendente de espanhóis nascida já nas colônias e, posteriormente, ampliando-se à concepção do que é fruto da colonização es-



panhola, das relações sociais e das práticas culturais que têm raiz na sociedade forjada por esta colonização.

4 N.T. – Solastalgia é um fenômeno psicológico vivido por quem sente como negativa uma mudança ambiental; o termo vem da combinação da palavra latina *sōlācium* (“consolo”) e a raiz grega *-algia* (que aponta o sentido de “dor”).

5 Por definição, tanatopolítica significa “política da morte”. À diferença da biopolítica, a tanatopolítica gerencia de forma instrumental (e útil) a morte de pessoas e até grupos sociais considerados indesejáveis ou prejudiciais para uma sociedade ou grupo social.

6 Talvez com exceção da extensa obra de Milton Santos.

7 Entrevista de Boaventura de Souza Santos, extraída no dia 12 de julho de 2019. Cf. <http://www.politika.cl/2019/05/13/cuando-las-fronteras-del-vivir-son-las-fronteras-del-ser-y-del-no-ser>.

Referências

ALIMONDA, H. La colonialidad de la naturaleza. Una aproximación a la ecología política latinoamericana. In: ALIMONDA, H. (org.). **La naturaleza colonizada**. Ecología Política y Minería en América Latina. Buenos Aires: Ediciones CICCUS y CLACSO, 2011.

ALBRECHT, G. **Solastalgia**. A new concept in health and identity. PAN: Philosophy Activism Nature, v. 3, 2005, p. 41-55.

BLASER, M. Political Ontology. **Cultural Studies**, v. 23, n. 5-6, 2009, p. 873-896. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/09502380903208023>.

CAPEL, H. **Filosofia y ciencia en la geografía**

contemporánea: una introducción a la Geografía. Barcelona: Del Serbal, 2012.

CASTRO-GÓMEZ, S. Ciencias sociales, violencia epistémica y el problema de la invención del otro. In: LANDER, E. (org.). **La colonialidad del saber**: eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas latinoamericanas. Buenos Aires: CLACSO, 2000, p. 145-161,

DE LA CADENA, M. Indigenous Cosmopolitics in the Andes: Conceptual Reflections Beyond “Politics”. **Cultural Anthropology**, v. 25, n. 2, 2010, p. 334-370. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/j.1548-1360.2010.01061.x>.

DO CARMO, W.; DE OLIVEIRA, D. A. (org.). **Geografia e giro descolonial**: experiências, ideias e horizontes de renovação do pensamento crítico. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2017.

ESCOBAR, A. **Sentipensar con la tierra**: nuevas lecturas sobre desarrollo, territorio y diferencia. Medellín: Unaula, 2014.

FANON, F. **Los condenados de la Tierra**. México: Txalaparta, 1999.

FOUCAULT, M.; MISKOWIEC, J. **Of Other Spaces**. In: FOUCAULT, M. **Diacritics**, Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1986, p. 22-27.

GARCÍA, L. N. Geografías de las ausencias. **Praxis Educativa**, v. 20, n. 2, 2016, p. 34-40.

GUATTARÍ, F. **¿Qué es la ecosofía?** Buenos Aires: Cactus, 2015.

GUDYNAS, E. Imágenes, ideas y conceptos sobre la naturaleza en América Latina. In: MONTE-NEGRO, M. L. (org.). **Cultura y Naturaleza**. Bogotá: Jardín Botánico José Celestino Mutis, p. 525.

GONZÁLEZ CASANOVA, P. **Explotación, colonialismo y lucha por la democracia en América Latina**. Madrid: AKAL Inter Pares, 2017.

HAESBAERT, R. **El mito de la desterritorialización**: del fin de los territorios a la multiterritorialidad. México: Siglo Veintiuno, 2012.

HAESBAERT, R. **Viver no limite**: território e multi/transteritorialidade em tempos de insegurança e contenção. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.

HAESBAERT, R.; PORTO-GONÇALVES, C. W. **A nova desordem mundial**. São Paulo: UNESP, 2006.

HARAWAY, D. Situated knowledges: the science question in feminism and the privilege of partial perspective. In: LINCOLN, Y. S.; DENZIN, N. K. (org.). **Turning points in qualitative research: tying knots in a handkerchief**. Rowman Altamira, 2003.

HARVEY, D. **La condición de la posmodernidad: investigación sobre los orígenes del cambio cultural/The condition of postmodernity**. Buenos Aires: Amorrortu, 2008.

KUSCH, R. **La negación en el pensamiento popular**. Buenos Aires: Las Cuarenta: Colección Pampa Aru, 2008.

SOUZA, M. L. de. **Os Conceitos Fundamentais da Pesquisa Sócio-Espacial**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

MALDONADO-TORRES, N. Sobre la colonialidad del ser: contribuciones al desarrollo de un concepto. In: CASTRO-GÓMEZ, S.; GROSFUGUEL, R. (org.). **El giro decolonial**. Reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global. Bogotá: Siglo XXI, 2007. p. 127-167.

MATTSON, K. Una introducción a la geografía radical. **Geocritica**, v. 3, n. 13, p. 5-15, 1978.

MANSILLA-QUIÑONES, P.; IMILÁN, W. A. Reterritorializaciones migrantes a través del cuerpo y su expresividad. **Estudios Atacameños**, v. 60, p. 241-256, 2018.

MANSILLA-QUIÑONES, P. et al. Geografía de las ausencias, colonialidad del estar y el territorio como sustantivo crítico en las epistemologías del Sur. **Utopía y praxis latinoamericana: revista internacional de filosofía iberoamericana y teoría social**, n. 86, p. 148-161, 2019.

MANSILLA-QUIÑONES, P. Geografías del no ser: la zona roja del conflicto mapuche como negación de las ontologías territoriales. In: NUÑEZ, A.; ALISTE, E.; MOLINA, R. (org.). **Las (Otras) Geografías en Chile**. Santiago: LOM Ediciones, 2019. p. 277-294.

MANSILLA-QUIÑONES, P.; MELÍN, M. A struggle for territory, a struggle against borders. **NACLA Report on the Americas**, v. 51, n. 1,

p. 41-48, 2019. <https://doi.org/10.1080/10714839.2019.1593689>

MARSTON, S. A. The social construction of scale. **Progress in Human Geography**, v. 24, n. 2, p. 219-242, 2000.

MELÍN, M.; MANSILLA, P.; ROYO, M. **Cartografía cultural del Wallmapu: elementos para descolonizar el mapa en territorio mapuche**. Santiago de Chile: LOM Ediciones, 2019.

MIGNOLO, W. D. Espacios geográficos y localizaciones epistemológicas: la ratio entre la localización geográfica y la subalternización de conocimientos. **Geographia**, v. 7, n. 13, 2005, p. 7-28.

MOREIRA, R. **Geografía e Práxis**. A presença do espaço na teoria e na prática geográficas. São Paulo: Contexto, 2012.

PORTO-GONÇALVES, C. W. **Geo-grafías: movimientos sociales, nuevas territorialidades y sustentabilidad**. Cuernavaca: Siglo XXI, 2001.

PORTO-GONÇALVES, C. W. **Territorialidades y lucha por el territorio en América Latina: geografía de los movimientos sociales en América Latina**. Caracas: Ediciones IVIC, 2009.

QUIJANO, A. Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina. In: LANDER, E. (org.). **La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas latinoamericanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2000.

QUINTERO-WEIR, J. Wopukarü jatumi wataawai: el camino hacia nuestro propio saber. Reflexiones para la construcción autónoma de la educación indígena. **Utopía y Praxis Latinoamericana**, v. 16, n. 54, p. 93-116, 2011.

QUINTERO-WEIR, J. **El camino de las comunidades**. Cochabamba: Seminario de Integración Abya Yala Desde Abajo, 2015.

QUINTERO-WEIR, J. El último despojo después de la tormenta. Cambio climático, desaparición de la casa y extinción de la territorialidad Añuu. Cuatro advertencias y un camino. In: PORTO-GONÇALVES, C. W.; HOCSMAN, L. D. (org.). **Despojos y resistencias en América Latina, Abya Yala**. Buenos Aires: Estudios Sociológicos, 2016. p. 23-42.

RIVERA CUSICANQUI, S. **Violencias (re)encuabiertas en Bolivia**. Santander: Otramérica, 2012.

SAID, E. **Orientalismo**: o Oriente como invenção do Ocidente. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SANTOS, B. de S. **A gramática do tempo**: Para uma nova cultura política. 3. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2010.

SANTOS, B. de S. **A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência**. 8. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2011.

SANTOS, B. de S. **Pela Mão de Alice**: O social e o Político na Pós-Modernidade. 14. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2013.

SANTOS, B. de S. **Justicia entre Saberes**: Epistemologías del sur contra el epistemicidio. España: Morata, 2017.

SANTOS, B. de S.; MENESES, M. P. **Epistemologias do Sul**. 1. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2010.

SAQUET, M. A. As diferentes abordagens do território e a apreensão do movimento e da (i)materialidade. **Geosul**, v. 22, n. 43, p. 55-76, 2007.

SAQUET, M. A. **Abordagens e Concepções de Território**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

SILVA, J. M. (Ed.). **Geografias subversivas**: discursos sobre espaço, gênero e sexualidades. Ponta Grossa: Todapalavra, 2009.

SOJA, E. **Geografias Pós-Modernas**. A reafirmação do espaço na teoria social crítica. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.

SUBIRATS, E. **El Continente Vacío**. México: Siglo XXI Editores, 1994.

ZARAGOCÍN, S. La geopolítica del útero: hacia una geopolítica feminista decolonial en espacios de muerte lenta. In: **Cuerpos, Territorios y Feminismos**. Compilación latinoamericana de teorías, metodologías y prácticas políticas. Quito/México: Abya Yala/Instituto de Estudios Ecológicos del Tercer Mundo/Bajo Tierra Ediciones/Libertad Bajo Palabra, 2020. p. 81-94.

